

ACTA NÚMERO DOIS

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE.

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa, comigo o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Eduardo Carlos dos Reis Gomes, José Proença Gonçalves, Paulo Gabriel Esteves Borralhinho e José Júlio Pina Almeida.

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D` Elvas, Francisco António Afonso Barata Silveira, José Carlos Dias Duarte Gonçalves e Maria Manuela Martins Sampaio.

Eleitos da CDU: Maria Dulce Ribeiro Pinheiro;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas e Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

Em virtude do membro constituinte da Assembleia Municipal, da lista do PS Senhor Manuel Tomás Geraldês e Isaura Freitas Ferreira terem pedido a suspensão de mandato, por um período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78ª da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor José Júlio Pina Almeida e o Senhor Paulo Gabriel Esteves Borralhinho.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 18 presenças, registando-se a ausência da Senhora Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro e do Senhor António Pinto Serra.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** propôs que a ordem do dia fosse alterada com a inclusão do ponto 4.4 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria com 16 votos a favor e com 2 abstenções aprovar a alteração à Ordem de Trabalhos.

De seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

- 1 – Aprovação da acta da sessão anterior;
- 2 – 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;
- 3 – Período de antes da Ordem do Dia;
- 4 – Período da Ordem do Dia;
- 4.1 – Designação do Membro da Assembleia Municipal para fazer parte do Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira;
- 4.2 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;
- 4.3 – Apresentação, Discussão e Aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2008;
- 4.4 – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- 5 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** informou a Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE 2009

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** em exercício informou que se iria proceder à votação da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 27 de Fevereiro de 2009, tendo dado a palavra aos Senhores Deputados para as devidas correcções.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta, com as devidas correcções, com 14 votos a favor e com 4 abstenções por parte da Senhora Maria Manuela Martins Sampaio, Maria Dulce Ribeiro Pinheiro, José Carlos Dias Duarte Gonçalves e Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, por ausência na referida sessão.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

Apresentou um voto de pesar pela morte do pai da Senhora Deputada Isaura Freitas Ferreira e do irmão do Senhor Deputado Acácio Nunes Bernardo Dias.

A Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.

A Senhora **Deputada Maria Dulce Pinheiro** (CDU):

“Antes de mais gostaria de deixar um reparo à forma como a sessão da última assembleia municipal decorreu. É suposto que, quando a assembleia municipal reúne seja para que haja debate de ideias, apresentação de soluções no sentido de ajudar a resolver os problemas dos munícipes deste concelho. Mas, não foi isso que aconteceu! Na minha opinião foi de uma total falta de respeito o facto de a assembleia ter durado apenas 17 minutos, mas, não quero com isto desresponsabilizar-me da minha falta.”

De seguida apresentou uma declaração política:

Declaração Política:

“Agravamento da situação económica, que soluções?

Recentemente o Banco de Portugal e outros organismos internacionais vieram traçar um quadro negro sobre a perspectiva de evolução económica para 2008-2009: forte baixa nas previsões de crescimento do produto, menos 3,5 %; continuação da tendência de aumento das taxas de juro; desaceleração das exportações; aumento das necessidades de financiamento externo.

Este inquietante contradiz de modo lapidar o optimismo do Governo de há cerca de meio ano atrás. Vem agora desculpar-se, o Primeiro-ministro com a afirmação de que então era possível prever o agravamento da situação económica e que as previsões podem não ser rigorosas, ... tentando esconder que o discurso governamental foi em contracorrente com as previsões de instituições económicas internacionais e com os resultados já pré-anunciados, nomeadamente nos Estados Unidos.

Confrontando com a dura realidade em que o país se encontra o Governo tenta desresponsabilizar-se e justificar-se enfatizando as dificuldades externas. A verdade é que o País está em “contra-ciclo” com a média comunitária há mais de 8 anos e os responsáveis dão pelo nome de PS, PSD e CDS....

A CDU não minimiza os condicionalismos externos, que são reais e que sempre, de um modo responsável, considerou. Mas a CDU, também sempre alertou que este modelo de crescimento baseado nos baixos salários, reformas e pensões; em trabalho pouco qualificado; na crescente desregulamentação do horário de trabalho, no desrespeito dos direitos dos trabalhadores; na desqualificação dos serviços públicos e na sua conseqüente privatização e fragilização (que subverte completamente o direito à igualdade de acesso aos bens e serviços como é o exemplo recente do aumento das custas judiciais); no aumento da dependência e endividamento externos; no domínio dos monopólios e crescente controlo da economia pelo capital estrangeiro, ...a CDU, repito, alertou que este modelo estava esgotado e que conduziria ao acentuar das desigualdades sociais, dos índices de pobreza e de abandono escolar; à destruição do aparelho produtivo; à divergência económica com a média da EU; às crescentes assimetrias regionais e desertificação do interior do País, situação que se confirma e agrava com os tais condicionalismos externos.

No concelho de Belmonte a população sente na carne tudo, isto que acabou de ser exposto e de forma agravada!

Apesar de alguns responsáveis tentaram esconder “o sol com a peneira” o que é certo é que o desemprego e a precariedade aumentam e as apostas municipais na direcção dos distintos do concelho manifestam-se ineficazes para combater os problemas estruturais da mono-indústria das confecções que sobrevivam na agonia da incerteza do amanhã, encerrando umas, despedindo trabalhadores, outras, usando a técnica da precariedade e do trabalho sem direitos, muitas outras. Mais uma vez a CDU exige que o poder (central e local) tome medidas concretas, que sirvam de facto para ultrapassar os problemas estruturais e que promovam um desenvolvimento com coesão económica e social e no direito a ter direitos!

O PCP, como força partidária responsável que diz e faz, não se fica pela denúncia! O PCP age e exige!

Relembra-se que o PCP, ao contrário do PS e do PSD, não tem deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco e no concelho de Belmonte tem um eleito na Assembleia Municipal. Todavia isso não impede que, com regularidade, se acompanhe “in loco” os problemas dos trabalhadores, das empresas, do país, permitido intervir, reivindicar e propor soluções.

É neste quadro que recentemente o PCP interveio ao mais alto nível (no Parlamento Europeu e na Assembleia da República), sobre, por exemplo, as Confecções Carveste, através dos seus Deputados – Ilda Figueiredo e João Oliveira, que aqui se deslocaram para constatar as dificuldades junto dos trabalhadores e serem porta-vozes das suas propostas. O PCP questionou o governo sobre as medidas a forma de aplicação do prometido apoio ao sector têxtil, no distrito de Castelo Branco, encontrando-se ainda a aguardar respostas.

Por outro lado de realçar que recentemente o PCP realizou a sua 8ª Assembleia de Organização Regional onde muito se reflectiu e debateu a nossa região e na qual foram aprovados documentos que contém as propostas para se ultrapassar a crise. Do conjunto destaca-se o Plano de Emergência para o Distrito de Castelo Branco a ser apresentando brevemente na Assembleia Republica e que a ser aprovado dará um importante contributo para avançar com a recuperação e dinamização económica da região, logo do concelho!

A CDU defende que é possível um outro rumo para o concelho, para Portugal e para a Europa! Um rumo inadiável que concretize uma política onde a preocupação central é a valorização da pessoa e do trabalho digno com direitos!

A eleita da CDU”.

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“Ouvi com atenção a Senhora Deputada e queria dizer-lhe que, quanto à questão do tempo que durou a última assembleia, não me vou pronunciar, porque a Senhora tem toda a legitimidade para emitir a sua opinião sobre essa matéria. O mesmo já não posso dizer relativamente ao desrespeito para com a população. Tive a oportunidade de ouvir a suas palavras na Rádio Caria e devo dizer-lhe que me senti ofendido e não aceito, não concordo e não admito. Quem não respeita a população é quem não está aqui a horas para o início dos trabalhos.”

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício.**

“Sobre este ponto também me cabe pronunciar, uma vez que era eu que estava a dirigir os trabalhos. As opiniões são para serem respeitadas, umas são recebidas com todo o respeito, com toda a elevação e admiração e há outras, que não passam de ridículas e, sendo mesmo inadequadas e irreflectidas.”

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – DESIGNAÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA FAZER PARTE DO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DA COVA DA BEIRA

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor Guerra.

O Senhor **Deputado Alfredo Guerra Martins** (PS) propôs o nome do Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, para fazer parte do Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira.

O Senhor **Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD)

“Em relação a esta matéria o PSD não apresenta candidato. Mas, começamos a ficar preocupados com acumulação de cargos e a capacidade de desempenho do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.”

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** informou que se iria passar à votação pelo método do escrutínio secreto para eleição do membro da Assembleia Municipal para fazer parte do Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira.

A Assembleia deliberou, por maioria, com 11 votos a favor, 5 contra e com 2 votos em branco eger o Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.2 – INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** começou por dar a palavra à Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro.

A Senhora **Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Queria abordar duas questões sobre a actividade do Presidente da Câmara na actividade municipal. Em primeiro lugar recordar que a CDU não concorda com a estratégia que várias câmaras ao longo de vários mandatos têm levado a cabo para governar os destinos do concelho. Feita esta declaração de interesses, dizer que, no entanto foi com satisfação que vimos a projecção que o concelho teve por ocasião das festas do concelho e também por ocasião da inauguração do museu. Pelo que deixávamos aqui três recomendações sobre o museu. A primeira recomendação é que esta câmara tem que ter a preocupação de consolidar a obra para que possa caminhar com passos seguros. A segunda recomendação é uma recomendação esta ou para uma futura câmara, que é de relembrar

que a CDU tinha no seu programa eleitoral a iniciativa da realização da bianual dos descobrimentos, o que na nossa opinião estão reunidas as condições para que tal se possa realizar num futuro próximo. A terceira recomendação é que se cumpra aquilo que o Senhor Ministro da Cultura veio anunciar, que este seja o “ponta pé de saída” para um museu dos descobrimentos a nível nacional. O repto que aqui fica é que não deixe cair estas promessas em “saco roto”, que faça tudo o que esteja ao seu alcance para que o museu nacional dos descobrimentos possa vir a ser uma realidade e que esse museu possa a vir a ser instalado em Belmonte.

Em segundo lugar, volto a afirmar que estamos muito preocupados com a situação que se vive no Concelho de Belmonte, com as crescentes dificuldades que têm aparecido no plano económico e laboral do concelho, nomeadamente com as empresas que estão em grande dificuldade. Pelo que, questiono o Senhor Presidente sobre que diligência já efectuou perante o poder central para apoiar o sector têxtil, de forma a ultrapassar esta grave crise. Também gostaria de saber quais são as medidas que a câmara pretende aplicar dentro das suas competências e das suas possibilidades, no sentido de ajudar a reverter esta situação.”

O Senhor **Deputado António Luís Nave D’Elvas** (PSD):

“Constatar em primeiro lugar, que a visão que a Senhora Deputada Dulce tem da intervenção do Senhor Ministro da Cultura é diametralmente oposta àquela que eu tenho. Entendi as palavras do Senhor Ministro como uma falta de respeito para com o Concelho de Belmonte e munícipes deste concelho, para com o executivo que muito trabalhou e na hora de colher os louros o Senhor Ministro “deixou cair a cereja em cima do bolo” e estragou a festa toda. Digo isto porque o Senhor Ministro vem a Belmonte dizer que faz falta um museu nacional dos descobrimentos, mas pelo que deixou transparecer é que veio pegar na ideia aqui desenvolvida através deste empreendimento e levá-la para outro lugar qualquer, porque não nos parece que se intenção dele fazer o museu nacional dos descobrimentos neste concelho. Isto revela a pouca sensibilidade do Senhor Ministro e revela uma falta de respeito por com este concelho e pelos seus munícipes.

Contrariamente àquilo que disse o Senhor Ministro, este é realmente um grande museu que vem acrescentar uma mais-valia a Belmonte e ao concelho, não que os outros

não o tivessem feito, mas, este é um museu com uma temática nova, inexplorada, é uma grande ideia, foi um aproveitamento de um espaço histórico que estava devoluto, com uma arquitectura simpática e com tecnologia de ponta, contrariamente aquilo que o Senhor Ministro disse, estamos todos de parabéns.

Dos museus em Belmonte pouca gente tem retorno, os museus são estruturas fechadas em si próprias, que entram em concorrência directa com o privado. Quem tem que beneficiar com a instalação dos museus não é a Empresa Municipal é a população local que através da iniciativa privada, têm que ser capaz de beneficiar com este investimento em infra-estruturas e não pode estar alheada disto tudo. Penso que o próximo mandato servirá para serem criadas as parcerias, para que seja possível que a autarquia e as juntas de freguesia em parceria com a iniciativa privada possam criar bases, para que a população venha também a beneficiar destes grandes investimentos que têm sido feitos.

Quanto à acção do executivo, o que nesta altura me é permitido avaliar de uma forma sumariíssima, é para avaliar aquilo que foi a iniciativa da bancada do PSD, ou seja o que propôs e não foi levado a cabo, nomeadamente a revisão da toponímica de Belmonte, o fórum sobre associativismo, o fórum sobre a toxicodependência e relativamente à crise económica também foi apresentada uma proposta no sentido da criação de um gabinete de apoio à crise, que não se veio a verificar.

Gostaria de reconhecer o esforço de todos, muito foi feito neste concelho mas, muito mais haveria para fazer, pelo que espero que os próximos tempos venham complementar aquilo que há para fazer.”

O Senhor **Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves** Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

“Gostava que o Senhor Presidente me dissesse em que fase se encontra o concurso da requalificação da avenida em Colmeal da Torre e para quando o início das obras?”

A Senhora **Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Para deixar só um pequeno esclarecimento relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís D’Elvas. Não tive a oportunidade de estar presente aquando da visita do Senhor Ministro da Cultura, mas acompanhei através de alguns jornais e aquilo que vim aqui propor foi “castiguem-se” as palavras do ministro. Creio que quer esta câmara quer as

câmaras vindouras tem a obrigação de não deixar esquecer as palavras do ministro e “obrigar” o poder na área da cultura, a fazer em Belmonte aquilo que merece ser feito.”

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**:

“Relativamente à intervenção da Senhora Deputada da CDU, temos consciência das dificuldades que atravessa o país e o concelho, e temos feito diligências perante o poder central no sentido de os alertar e dar conta que terá que haver um plano de intervenção que possa por alguma via ajudar a manter o sector industrial têxtil. No caso, o município faz o que pode fazer, isentamos as empresas da derrama, apoiámos as famílias que lá trabalham para ter maior produtividade e condições, colaboramos no transporte de resíduos industriais e contamos também com a capacidade empreendedora dos nosso empresários, que têm sabido defender-se numa situação de crise como esta, pelo que estão de parabéns. Mas estamos sempre abertos a sugestões concretas que queiram apresentar no sentido de ajudar as populações e empresários deste concelho, a ultrapassar a crise instaurada, e, certamente se forem meritórias e se couberem dentro daquilo que são as competências municipais, iremos avaliá-las e dar-lhe cumprimento.

Em relação à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, informo-o que está em fase de apreciação de propostas.”

A Senhora **Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Relativamente à intervenção do Senhor Presidente, o PCP apresentou na Assembleia da República um plano de emergência para o Distrito de Castelo Branco, que teremos todo o gosto em lhe fazer chegar oficialmente, com muitas e boas ideias.”

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.3 – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2008

A Senhora **Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Apreciação sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas da câmara municipal de Belmonte de 2008.

Em Dezembro de 2007 a CDU afirmou que o “Plano e Orçamento 2008, revelando a continuidade no marasmo, continua a ser desequilibrado e a demorar que esta maioria política não tem um projecto de desenvolvimento. As prioridades revelam um desequilíbrio notável: investe-se, salvo seja, na cultura, mas manda-se às malvas a educação... aposta-se em alguns, poucos, equipamentos, mas despreza-se a habitação e a sua recuperação...Emprego, saúde, acção social, nada de novo!

Este é o orçamento nada socialista de uma autarquia PS...nada a que não estejamos habituados!

Por tudo o que fica exposto, este é um mau orçamento, não regista qualquer inversão ou alteração substancial nas linhas orientadoras e na política definida nos anos anteriores e por essa razão o nosso vota contra.

Hoje, em Abril de 2009, quando se aprecia o resultado do mandato respeitante a 2008, a CDU constata que as prioridades e os objectivos estratégicos definidos naquele documento se confirmaram incapazes de fazer frente aos problemas estruturais do nosso concelho, nomeadamente no combate ao desemprego, à destruição do tecido produtivo ou à procura de alternativas credíveis para resolver o problema da mono-industria.

Como se isso não bastasse, as promessas declaradas com honras de destaque na introdução do plano de 2008 onde se salientavam algumas emblemáticas obras, que deveriam ou ser lançadas, ou ser construídas, pergunta-se: onde está a biblioteca e o arquivo municipal ou o centro de estudos arqueológicos? Que se passa com a revisão do PDM tantas vezes anunciada e outras tantas falhadas? As famosas varandas do Zêzere, que mistério as envolve? Ou mesmo as redes viárias municipais colectoras urbanas das vilas de Belmonte e Caria onde se enquadram outras a ligação do Nó Sul da A23 – Belmonte à ponte sobre o rio Zêzere ou a ponte de S. Sebastião cujos projectos já têm barbas?

Mas se continuarmos a análise nas grandes opções do plano o rol de promessas não cumpridas adensa-se. Aqui ficam mais algumas com execução a 0%: centro interpretativo de Cetum Cellas; parque para mercados e feiras; parque regional de feiras e exposições; centro coordenador da rede de transportes; requalificação do quartel dos Bombeiros Voluntários de Belmonte...

E como compreender que até nas actividades mais relevantes, existam sectores com taxas de execução 0% ou muito próximo desse valor? Três exemplos: juventude – afinal

que se passa com os apoios no âmbito do cartão-jovem municipal que continua mais uma ano sem aplicação? Ou a requalificação dos quartel dos Bombeiros? Ou ainda não ter sido gasta qualquer verba na Assembleia Municipal com a realização de seminários, colóquios ou workshops? Claro que aqui nós sabemos o que se passou! Lamentamos que os outros interesses que não os dos munícipes comandem a actividade (ou neste caso a sua ausência) da Assembleia Municipal. É completamente inaceitável que, apesar dos esforços da CDU para se concretizarem as diversas propostas aprovadas por unanimidade nesta assembleia, seja feita tábua das suas deliberações e até agora nada se tenha operacionalizado! É também por aqui que se pode medir a importância e o respeito que este órgão merece à maioria PS que dirige os destinos do nosso concelho.

Sobre o controlo orçamental da receita verifica-se o esperado: a venda de bens de investimento, teve com execução de 6,7%, quando no plano e orçamento de 2008, se estimava arrecadar muito acima de 1 milhão euros.

Em relação ao valor global de realização das grandes opções do plano 2008, verifica-se um valor de 56,3%, um pouco mais do que 2007. Todavia em termos de nível de execução global a taxa é de 11,35%! Restando cumprir um menos de um ano de mandato... será que em ano de eleições vai conseguir cumprir os 88,65% que faltam? Aqui estaremos para ver!

O extraordinário é que apesar de se fazer pouco, o resultado líquido do exercício regista novamente uma evolução negativa, atingindo agora mais de 600 mil euros, espelhando a incapacidade da actual gestão autárquica.

Se em 2007 os compromissos assumidos por pagar superavam os de 2006 em cerca de 200 mil euros, em 2008 ainda se sobe mais a parada atingindo esses compromissos por pagar um valor de mais de 2 milhões e meio de euros. Continua-se a penalizar os fornecedores porque sustentando eles a actividade Câmara!

Continua também a ser completamente incompreensível esta atitude quando no balanço existem 1.863.540,92 euros em depósito. É o que se chama fazer flores com o dinheiro dos outros! Inaceitável!

E que dizer do desperdício que constitui a câmara não receber cerca de 111 mil euros em participação no IRS? Um estudo publicado a 27 de Abril no Jornal de Negócios demonstra que em média os contribuintes de Belmonte vão arrecadar neste ano cerca de 39

euros! De facto este é um valor que atrai qualquer um para vir residir em Belmonte! Em contrapartida o município fica sem uma verba que no seu conjunto daria para poder investir e resolver problemas de competência autárquica e de bem comum, como é o caso dos transportes escolares!

Para as freguesias voltam os parentes pobres a quem se distribuem umas migalhas – 23.620 euros! Receberam menos 35,1% do que em 2007, quando o valor também já tinha descido em 2006!

Lógica oposta se aplica à famigerada Empresa Municipal que volta a ver aumentado o valor das transferências da câmara! Mais uma vez a CDU reclama a sua extinção como acto de gestão inadiável e do mais elementar bom senso! Isso é que seria verdadeira eficiência económica!

A actual maioria não serve, não resolve os problemas do concelho! A sua ineficácia está bem patente no documento relatório de gestão e documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Belmonte de 2008 que se analisou. Como tal a CDU resta votar contra.”

O Senhor **Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias** (PSD).

“Temos presente a prestação de contas do Município de Belmonte, referente ao ano de 2008. Cumpre-me salientar a apresentação e organização do documento, o que demonstra que a Câmara Municipal dispõe de profissionais competentes para elaboração da sua contabilidade, permitindo ao Exmo. Executivo uma gestão adequada e uma análise financeira consequente, daí podendo resultar um acompanhamento diário da situação financeira da câmara.

O anexo ao balanço e às demonstrações financeiras e relatório de gestão espelham claramente a actividade município e a sua gestão.

Temos na nossa posse todos os elementos necessários para uma análise minuciosa da respectiva gestão, tendo-me no entanto faltado tempo suficiente, para em pormenor proceder ao seu integral estudo.

A gestão de um município, não pressupõe uma dinâmica de negócio com o objectivo do lucro, mas uma gestão dos meios disponíveis resultantes da actividade do próprio município e a procura constante de outros meios provenientes do poder central e dos fundos

comunitários, que possam contribuir para um desenvolvimento harmonioso do concelho, conducentes a uma melhor qualidade de vida dos seus habitantes.

O capital próprio de um concelho, não se traduz em capital financeiro, mas em património.

Salientaremos no entanto, alguns comentários que nos parecem pertinentes.

Quando nesta Assembleia Municipal procedemos à análise e discussão das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2008, referimos com alguma ênfase que o documento não seria exequível. Que se tratava de um documento exageradamente inflacionado e que as obras que dele constavam, não seriam na sua maioria realizadas, porque o município não conseguiria obter a receita prevista para a sua realização.

Baseava o Exmo. Executivo a sua receita de capital na venda de bens, o que obviamente não se concretizou, condicionando assim a realização dos investimentos.

Essa informação é salientada no relatório de gestão de onde concluímos que a venda de bens representa unicamente 7% da despesa de capital.

Concordamos que as grandes opções do plano e orçamento devam evidenciar obras ambiciosas pelo executivo, mas que sejam obras potencialmente exequíveis, as quais não terão que ser orçamentadas como se efectivamente se fosse proceder ao seu lançamento. Esta prática não passa de eleitoralismo.

O resultado da orçamentação indevida de obras não realizáveis é traduzida numa execução orçamental dos últimos anos entre os 30 e os 35%, como evidenciado no documento e que se traduz na cabal razão daquilo que defendemos na discussão das grandes opções do plano e orçamento.

Porém, este executivo poderia ter realizado muito mais. E fazemos esta afirmação, porque o poderemos demonstrar através dos documentos que temos na nossa posse e que constituem a gestão do município

Sendo certo que o resultado do exercício apresenta um prejuízo de 600.281,44 euros não consideramos relevante para a falta de investimento, porquanto:

As amortizações e reintegrações do exercício visam não só traduzir o activo levando-o à sua extinção, mas também à criação de um fundo que permita a sua própria reconstituição, funcionando como um auto-financiamento, uma vez que o valor das

amortizações e reintegrações, constitui uma despesa a ser liquidada pelas disponibilidades financeiras.

Procedemos à análise do mapa de imobilizado e verificamos que houve um aumento de imobilizado no montante de 2.669.273,00 euros e uma diminuição de 151.796,53 euros, resultando um aumento líquido de imobilizado de 2.517.476,47 euros.

Analizamos o mapa de fluxos de caixa e constatamos que as receitas de capital foram de 2.860.180,64 euros e as despesas de capital de 3.109.777,79 euros, sendo portanto as despesas de montante superior às receitas de cerca de 250.000,00 euros.

Considerando no entanto os meus libertos através das reintegrações e das provisões, que como atrás referi são custos mas não são despesas, poderia o município ter investido pelo menos mais de 2.000.000,00 euros no ano de 2009.

Para uma melhor compreensão dos gastos do exercício e sua aplicação, chamo a atenção para a demonstração de resultados.

A conta 61 custos das existências vendidas e das matérias-primas consumidas apresenta o valor de 500.111,68 euros.

A conta de vendas mais prestações de serviços apresenta o valor de 81.865,66 euros, de onde se conclui que mais de 45% das matérias-primas foram consumidas pelos serviços do município, pelo que o respectivo valor deveria ser reconhecido nas respectivas contas de custos (conservação e reparação).”

O Senhor **Deputado Eduardo Carlos dos Reis Gomes** (PS).

“Em relação ao documento em discussão, e para rebater um pouco os argumentos apresentados, de facto se, em algumas coisas eventualmente tem razão noutras nem por isso. De acordo com o anuário dos municípios que é realizado pela câmara dos técnicos oficiais de contas, que considera todos s indicadores relevantes da actividade municipal. Belmonte figura no 7º lugar do “ranking global”. Quando a Senhora Deputada Dulce fala em taxa de execução de 0% esquece de referir que também lá existem taxas de execução de 100%, ou seja refere aquilo que lhe dá jeito. Em relação ao grau de execução global é de 64%, em relação ao plano plurianual de investimento apresenta os valores globais é de 53% pelo que é um valor aceitável, a nível da execução anual das actividades mais relevantes é de 78%.”

A Senhora **Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Devo dizer que dos dados que apresentei, que cada um de nós faz a escolha que pretende, se esta é a nossa prioridade é isso que queremos realçar. Dou todo o direito a outros que façam outras leituras e que apresentem outros dados. Porque cada um está aqui em legítima representação do povo pelo qual foi eleito e está no seu perfeito juízo e saberá qual é a intenção com que quer vir aqui colocar questões. Achei que era importante realçar que passados três anos, de um mandato de quatro, a nível da execução global a taxa seja de 11,35%, mas como é óbvio cada um destaca aquilo que entende e que acha mais adequado.”

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**:

“Relativamente à intervenção da Senhora Deputada da CDU, as avaliações que fez não tem nada a ver com a realidade do documento que tem na mão, porque diz aí, de uma forma clara, que a despesa elegível foi de 64,09% e as receitas foram executadas em 80,36%. É preciso analisar todos os dados apresentados no documento e não só aqueles que mais nos convêm e se o fizerem verificaram que reflecte que a estratégia seguida por executivo é a mais correcta.”

O Senhor **Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD).

“Em primeiro lugar deixar aqui um nota ao Senhor Deputado Gomes que não recebemos lições sobre aquilo que havemos de dizer, bem como daquilo que devemos ou não realçar, cada um é livre de dar destaque ao que muito bem entende de uma forma negativa ou positiva, é assim que se faz a democracia, é assim que se fazem as críticas sob o ponto de vista construtivo e quando pretendemos em alguns casos realçar sob o ponto de vista de desempenho de trabalho efectuado, em relação às propostas que foram feitas, é obvio que devemos chamar a atenção que também isso não foi feito e é importante fazer-se.

Não vou entrar em detalhe em relação a este relatório, nem entrar em detalhe em relação a números, mas gostaria de indicar um que parece talvez o melhor indicador civil de 2008, que reflecte a execução orçamental, que o resumo em relação a 2008 e essa execução

orçamental é de 35%, não estou aqui a fazer juízo de valores se a câmara conseguiu ou não cumprir sob o ponto de vista estratégico. Trata-se de um documento que reflecte uma execução daquilo que o município fez ao longo de 2008, que em nosso entendimento e no contexto técnico é um documento exacto e correcto, pelo que a nossa posição é de abstenção em relação ao documento, uma vez que ficou demonstrado que ficaram aquém do que eram as expectativas do município e em especial dos munícipes do Concelho de Belmonte.”

O Senhor **Deputado Eduardo Carlos dos Reis Gomes** (PS).

“Não foi minha intenção dizer que não se podiam pronunciar, procurei dizer que também se podem dizer outras coisas sobre o documento.”

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** informou que se iria passar à votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2008.

A Assembleia deliberou, por maioria, com 12 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, com o voto contra da CDU e 5 abstenções do PSD, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2008.

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte**, António Manuel Gonçalves Rodrigues:

“Considerando que estes documentos são demasiado técnicos, têm no entanto uma forte componente política pois indicam a capacidade de realização das opções do plano pelo executivo camarário e considerando também que a taxa de execução orçamental foi de 64,06% e considerando ainda o parecer favorável do revisor de contas do município referente ao exercício de 2008, votámos favoravelmente este documento.”

O Senhor **Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD):

“Questiono a legitimidade desta declaração de voto, feita por alguém que não esteve presente durante a discussão deste ponto e que chega com a votação a decorrer. Questiono a legitimidade do próprio voto e da autorização para o interveniente o efectuar.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.4 – 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO DE 2009.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal:**

“Esta revisão tem a ver com um lapso cometido aquando da atribuição de um apoio para aquisição de uma viatura para corporação da Associação Humanitária dos Bombeiros de Belmonte, em que não se verificou que a rubrica não tinha verba suficiente para fazer face ao pagamento dessa viatura ao fornecedor.”

O Senhor **Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD).**

“Como é sabido votámos contra as grandes opções do plano para 2009, uma vez que na altura fizemos uma avaliação global de todas as propostas para funcionamento desta câmara municipal. Contudo, a situação que nos é colocada hoje é muito concreta e tendo em vista o fim a que se destina, consideramos abrir uma excepção nestes documentos, que não deixando de fazer parte das grandes opções do plano, entendemos que o fim justifica os meios para que estão a ser utilizados, por isso votaremos favoravelmente esta alteração.”

A Senhora **Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):**

“Também votámos contra as grandes opções do plano e orçamento de 2009, mas atendendo ao fim a que se destina esta revisão, votaremos favoravelmente.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar a 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor **Presidente da Mesa Assembleia em exercício** deu a palavra ao público presente, não tendo havido intervenções.

O Senhor **Presidente da Mesa Assembleia em exercício** propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário